

13 MAI 1996

Economia - Brasil Estamos indo ao encontro do passado

Abram Szajman *

No primeiro trimestre de 1996, a economia brasileira sofreu um novo e grande abalo. Durante esse curto período, e só no município de São Paulo, 3.615 firmas industriais, comerciais e de serviços, na maioria de pequeno e médio portes, faliram. E, na esteira da bancarrota, outras 75 empresas da capital paulista entraram em concordata, enquanto 89 mil trabalhadores da maior área metropolitana do estado perdiam seus empregos, apenas no mês de março.

Nos três primeiros meses do ano, a situação falimentar atingiu quarenta empresas, em média e por dia, na maior cidade do Brasil. As vítimas de março elevaram-se a 1.455 - 7,1% mais do que as vítimas de fevereiro e 193% mais do que as de março/95. Paralelamente, as falências do primeiro trimestre de 96 apresentaram

crescimento de 212,7% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

Ainda segundo as estatísticas, em março, e pela terceira vez consecutiva no ano, o nível de emprego na Grande São Paulo caiu, fazendo com que o número de desempregados subisse para cerca de 1,24 milhão, o equivalente a 17% da população economicamente ativa da região mais desenvolvida do Brasil.

O País elegeu uma maioria de deputados e senadores comprometida com as reformas

A quantidade e o ritmo das baixas impressionam. Mesmo assim, as perdas passaram quase despercebidas. O desaparecimento sumário, contínuo e em massa de postos de trabalho e de agentes do desenvolvimento econômico e social não provocou

manifestações de repúdio ou medidas reparadoras.

O que se pretende, afinal, levando às últimas consequências o descaído para com trabalhadores e pequenos empresários? Prejuízos morais e materiais, bem como a contração acelerada do nível de ocupação da mão-de-obra, não são fatos tão merecedores de atenção quanto escândalos financeiros envolvendo figuras da República?

Ninguém desconhece o custo de um processo de estabilização. Dele decorrem fenômenos como a contração da renda e da distribuição, além do acirramento incontrolável da concorrência. Mas quem pode aceitar distribuição tão in-



justa de sacrifícios e, mais do que isso, o retardamento das providências que irão corrigir tais problemas?

Quando o povo decidiu lançar o País no futuro, exigindo dos governantes o primeiro passo nessa direção (a abertura comercial), tinha consciência das dificuldades que teriam pela frente. E também sabia que essas dificuldades seriam de curta duração, desde que os ajustes econômicos não se esgotassem no Real. A nova moeda coube abrir o caminho para a realização de reformas mais profundas.

Por isso a nação elegeu uma maioria de deputados e senadores comprometida

com as mudanças. Seus mandatos foram concedidos em nome da modernização urgente de nossos sistemas fiscal, tributário, administrativo e previdenciário, única maneira de fazer o País dar um salto. Mas o tempo passa e nada se faz, exceto cobrar um preço elevadíssimo pelas

O que, afinal, se pretende quando não se dá atenção a quem trabalha e produz?

poucas conquistas obtidas até o momento.

Aos trabalhadores apresenta-se a conta do arrocho salarial e do desemprego; às pequenas e médias empresas, a conta do crédito seletivo, dos juros extorsivos, da inadimplência do consumidor e do "dumping" importado; e à sociedade impõe-se a destruição das firmas que, por gerarem mais

empregos em qualquer setor, mereceriam melhor tratamento, além de total estímulo às suas atividades.

Tudo porque parte do Congresso trata a questão de maneira no mínimo equivocada, insistindo em considerar as reformas do ponto de vista político e não do ponto de vista técnico. Passando por cima do fato de que a tirania da cunha fiscal, o peso e a ineficiência do Estado e o obsolescência das infra-estruturas de serviços - enfim, o verdadeiro e detestável "custo Brasil" - são os responsáveis diretos pelas atuais dificuldades econômicas do País e pela enorme dívida social do governo.

Ou agimos no sentido de reformar o Estado, abandonando de vez a timidez, os preconceitos e os interesses pessoais, ou em muito pouco tempo estaremos de volta ao passado.

* Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.